

DISCUTINDO AS POTENCIALIDADES E LIMITES DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DOS BALNEÁRIOS DA BACIA DO RIO URUGUAI NO OESTE CATARINENSE O Caso de Ilha Redonda, SC.

Alessandra Devitte

Universidade do Vale do Itajaí
alessandra.devitte@gmail.com

RESUMO

Atribui-se aos empreendimentos hidrelétricos o conceito de energia limpa, mas na prática não é isso que se vê, visto que, a instalação de seus lagos e a interação com as características originais do local de instalação geram impactos ambientais, causando problemas físico-territoriais e de ordem socioeconômica. Neste estudo busca-se compreender a questão das transformações recentes da rede de cidades em regiões de bacias hidrográficas brasileiras, de grande valor energético e, portanto, suscetíveis a implantação de hidrelétricas, com foco no desenvolvimento de seus balneários e seu potencial turístico.

Neste contexto são analisadas as transformações recentes da cidade de Palmitos e do Balneário de Ilha Redonda, discutindo os limites e potencialidades de sua relação com a gestão local através dos mecanismos propostos pelo Consórcio Foz do Chapecó Energia, responsável pela implantação da usina hidrelétrica Foz do Chapecó, na bacia do rio Uruguai, em Santa Catarina.

Palavras-chave: Bacia do rio Uruguai – Balneários hidrotermais - Oeste Catarinense e Turismo Sustentável.

ABSTRACT

The concept of clean energy is attributed to the hydroelectric enterprises, but in practice that is not found, since the installation of its lakes and the interaction with the original features of the installation place generate ambient impacts, causing physical, territorial, social and economic problems. This study aims to understand the recent transformations in cities in Brazilian hydrographical regions basins that have great energy value and, therefore are susceptible to hydroelectric plants implantation, focusing on the development of its health-resorts and its tourist potential.

In this context the recent transformations in the city of Palmitos and in the Ilha Redonda Health-resort are analyzed, discussing the limits and potentialities of its relation with the local management through mechanisms proposed by the Foz do Chapecó Energy Consortium, responsible for the implantation of the hydroelectric plant Foz do Chapecó in the Uruguay river basin, in the State of Santa Catarina.

Key words: Uruguay River Basin – Hydrothermal Health-resorts – West of Santa Catarina and Sustainable Tourism.

1 INTRODUÇÃO

A idéia de sustentabilidade das relações entre sociedade, espaço e ambiente natural têm se afirmado como um dos temas mais discutidos na atualidade. Diversos encontros e conferências mundiais têm colocado em debate a relação entre desenvolvimento e sustentabilidade criando protocolos e acordos que buscam mitigar os impactos no meio ambiente. O conceito de sustentabilidade vem se consolidando ao longo das últimas décadas de forma bastante abrangente e interdisciplinar, integrando campos de conhecimentos distintos em áreas diversas com diferentes graus de abrangência, social, cultural, ambiental, geofísica, econômica até o espaço construído.

O presente artigo desenvolve-se a partir da dissertação elaborada em 2011 e parte da abordagem interdisciplinar do conceito de sustentabilidade para compreender a questão das transformações recentes da rede de cidades em regiões de bacias hidrográficas brasileiras, de grande valor energético e, portanto suscetíveis a implantação de hidrelétricas, com foco no desenvolvimento de seus balneários e seu potencial turístico. Este estudo analisa as transformações recentes da cidade de Palmitos e do Balneário de Ilha Redonda para compreender sua relação com a gestão local através dos mecanismos propostos pelo Consórcio Foz do Chapecó Energia, responsável pela implantação desta usina hidrelétrica, na bacia do rio Uruguai, em Santa Catarina. Nosso principal argumento admite que as intervenções urbanas não estão livres de qualquer compromisso sócio-ambiental e toda obra é uma forma de intervenção sobre o meio ambiente, quer pela substituição ou pelo remanejamento de espaços e formas construídas ou não. A questão que se coloca então é - em que medida estas intervenções podem garantir que as novas gerações possam usufruir no mínimo das mesmas condições ambientais hoje existentes. Trata, portanto, a questão da sustentabilidade no âmbito das ações preventivas e, de planejamento e projeto que possam garantir a sustentabilidade das gerações futuras.

O encaminhamento do tema proposto remete a discussões que ultrapassam as alterações no espaço urbano e das legislações urbanísticas. Ainda assim, a abordagem da questão sobre a legislação é extremamente relevante ao analisar a configuração do espaço natural, especialmente ao considerar-se a irregularidade evidente no processo de urbanização nas margens do rio Uruguai. Discute o processo de desenvolvimento e implantação do plano diretor e do Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA, para a rede de cidades do oeste catarinense, com ênfase na cidade de Palmitos. Parte de uma primeira abordagem que destaca a carência de instrumentos locais que possam garantir a participação democrática bem como do rigor técnico na avaliação dos mecanismos da ordenação legal do território.

O processo de ocupação do território urbano e rural deve se constituir a partir da utilização controlada dos recursos naturais, sendo esta uma premissa básica para o desenvolvimento equilibrado. Neste contexto de discussões acerca da sustentabilidade, podemos compreender o Balneário de Ilha Redonda como um estudo de caso exemplar, que pode contribuir para analisar e explorar os limites e potencialidades de implantação de uma usina hidrelétrica na bacia hidrográfica em questão.

Esta abordagem foi apoiada nos conceitos de rede de cidades e território, ressaltando a pertinência de seu uso na análise da configuração de um determinado espaço, região ou lugar. Configuração esta compreendida como a materialização de todos os processos de relação, sejam materiais ou sociais que ocorrem em um determinado sítio físico, ou seja, como resultado de um processo histórico ou expressão própria de uma sociedade, no decorrer de sua formação. Dentre os trabalhos em que se apoiou esta pesquisa destacam-se a abordagem sobre o impacto econômico da globalização, que modifica e impõe novos padrões de política e de gestão urbanas de BORJA & CASTELLS (1996) e trabalhos como o de TARDIN (2005), que discute a intervenção paisagística a partir de um novo olhar sobre a paisagem, partindo da análise de seus sistemas de espaços livres, utilizado para aprofundar o entendimento das questões ambientais urbanas.

Neste contexto, nossa análise do caso de Ilha Redonda busca contribuir para o estabelecimento de parâmetros urbanísticos e ambientais de desenvolvimento local mais equilibrado na preservação dos recursos naturais, passíveis de serem utilizados como referência para os demais balneários da região, condicionados por áreas de fragilidade ambiental.

2 DO REGIONAL AO LOCAL

Devido a abrangência do tema, que relaciona a gestão urbana e a discussão atual sobre sustentabilidade, foi necessário delimitar os aspectos a serem tratados e priorizar variáveis que contribuíssem com as análises desenvolvidas. Nesta perspectiva, encaminha-se o trabalho a fim de estudar e compreender a formação da

rede urbana, especificamente no recorte regional, por meio das relações sociais, geralmente marcadas por ações de atores que influenciam na estrutura e conjuntura socioeconômica de escalas espaciais. A busca pela apreensão da rede urbana a partir do recorte regional exige a participação de uma complexa gama de sujeitos a serem considerados, pois quanto menor a escala, maior a quantidade de detalhes a serem apreendidos na investigação para elucidação das hipóteses e compreensão do objeto de estudo (FERREIRA, 2008).

O modelo de desenvolvimento brasileiro, pautado fortemente no viés econômico, vinculado aos interesses políticos e às estratégias de avanço e reprodução do capital internacional, fundamentou grande parte do setor industrial, segundo relações externas mais fortes que internas. Assim, a sociedade urbana originada sob esse contexto político econômico, manteve a tendência incisiva em assimilar valores efêmeros no tocante ao consumo, aliado tanto à necessidade, quanto ao desejo (FERREIRA, 2008).

Santos afirma que a informatização tornou o território e a sociedade articulada e funcional, mas desarticulado quanto ao comando local das ações que nele se exercem. Por meio da reincidente concentração de renda, infra-estrutura e poder político-econômico, apenas algumas parcelas do espaço e da sociedade usufruem dessas inovações, surgindo então, a formação de uma sociedade urbana que cria e fortalece a rede urbana sob diferentes níveis de intensidade, provocando diferentes transformações em sua forma e em seu conteúdo. Assim, o autor destaca que: *“As especializações do território são a raiz da complementaridade regional: há uma nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe”*. (SANTOS, 1993, p. 64).

As cidades são nesse processo, os centros gestores e conectores dessa cadeia produtiva. Por meio de ações desigualmente combinadas entre horizontalidade e verticalidade, ocorre a interligação de nós que fazem a conexão entre os espaços, materializando estruturas necessárias ao fortalecimento das esferas produtivas, de maneira que, *“de um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidades, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, são as verticalidades. [...] enquanto as horizontalidades são sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o locus de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla tanto econômica e política, como geograficamente.”* (SANTOS, 2004, p.284)

Embora o conceito de rede urbana remeta a uma idéia geral, passível de ser apreendida em escala mundial, é importante também ter clareza de que existem vários tipos de redes frente à conformação da rede mundial de cidades. Isso se relaciona à posição e ao papel que cada cidade apresenta na rede, segundo o contexto de formação e o conteúdo sócio-produtivo por ela manifesto. (FERREIRA, 2008). As redes urbanas mais dinâmicas estão fundamentadas na produção e circulação de capital em rede, muito vinculada à presença de sedes de multinacionais e centros de gestão financeira. Tais características apontam as regiões Sul e Sudeste como as mais dinâmicas do país.

A implantação das atividades que promovem a diferenciação espacial compreende a uma lógica que inclui o desvendamento das motivações dos diversos agentes sociais, bem como o entendimento dos conflitos de interesses entre eles e suas aparentes soluções (CORRÊA, 2006). Nesse contexto, o novo modelo proposto para o setor elétrico brasileiro, aliado à anunciada perspectiva de crescimento econômico para os próximos anos, aponta para um cenário onde estão previstas construções de inúmeras usinas hidrelétricas e traz à baila uma oportuna avaliação do contexto político, urbano, econômico e social, assim como uma avaliação crítica acerca desse novo modelo. Muitos pontos permanecem ainda invisíveis aos olhos da maior parte da sociedade brasileira, no que diz respeito aos impactos negativos dessa política energética.

Embora a geração de energia seja importante para o desenvolvimento do país, há também preocupação no estabelecimento de mecanismos que garantam o adequado tratamento dos impactos ambientais, urbanos e sociais advindos da opção pela hidroeletricidade. Apesar da justificativa desses projetos girarem em torno da necessidade de progresso e de desenvolvimento, o que se verifica é uma contradição entre os grupos sociais que obtêm os benefícios e aqueles que arcam com os prejuízos.

No Brasil, a política nacional do setor energético, amparada pela existência de um grande número de rios aproveitáveis para a geração de energia elétrica, intensificou nas últimas décadas, a exploração desse recurso natural. O Ministério do Meio Ambiente - MMA, que a partir da Lei 9.433/97, definiu a bacia hidrográfica como a unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e

atuação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Essa proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, que aprovou com algumas modificações, a proposta de Divisão Hidrográfica Nacional, considerando 09 grandes regiões hidrográficas (Figura 1). Na bacia hidrográfica a gestão dos recursos hídricos deve-se dar de forma integrada, descentralizada e participativa, considerando as diversidades sociais, econômicas e ambientais do País.



Figura 1: Mapa da divisão Hidrográfica do Brasil.

Fonte: www.aneel.gov.br em 27/02/2016.

A Região Hidrográfica do Uruguai, dividida ainda em 16 sub-bacias, ocupa lugar de destaque em função das atividades agroindustriais desenvolvidas e do seu potencial hidrelétrico, com uma capacidade total de produção de 40,5 KW/km², uma das maiores relações do mundo.

O recorte metodológico para o estudo da região selecionada utilizou como critério a rede de cidades do oeste catarinense, diretamente atingida pela implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó Energia. A construção da Usina, um consórcio formado por multinacionais, trouxe para esta rede novos sistemas, novas conexões, novos modelos de comunicação com o mercado. Para compreender e analisar tais questões fez-se necessário utilizar abordagens que permitissem ampliar conhecimentos e definir uma base territorial que contemplasse os elementos empíricos da área de estudo.

Mesmo estando na periferia dos grandes centros urbanos nacionais, a pequena rede de cidades do oeste catarinense tem uma grande influência na produção, na distribuição, repartição e consumo de muitos produtos agrícolas. A importância da rede a nível nacional e mundial é evidente devido aos grandes índices econômicos na produção, importação e exportação de suínos e aves. Grandes empresas estão instaladas nesta rede de cidades de pequeno porte, gerando a necessidade de uma infra-estrutura específica para o escoamento desta produção e conexões entre os mercados. Estes mecanismos estimulam a ampliação destas conexões criando novos mercados para atender as novas demandas geradas, como é o caso da implantação da usina.

Este processo requer um novo olhar para compreender as novas formas de operação e seus impactos nos sistemas urbanos tradicionais, bem como com relação a sustentabilidade destes ambientes considerando os novos ciclos de uso e descarte dos recursos e seus resíduos, quer seja na atmosfera, nos solos ou rios.

Nesse cenário, discute-se também o potencial positivo das relações de globalização da economia, como pode contribuir ajustando esses diferentes interesses, aliando as perspectivas globais das organizações multinacionais às necessidades e demandas locais da comunidade na qual estão inseridas. Com os impactos da globalização, as conseqüências na forma de agir, pensar, produzir e consumir altera-se também as relações entre Estado e sociedade, fazendo com que surjam novos atores sociais.

Segundo BORJA & CASTELLS, esses atores tem o potencial de possibilitar que locais deste tipo passem a ter característica estratégica, como centro da gestão do global, da produtividade, de representação e de integração sociocultural a nível local. (BORJA & CASTELLS,1996)

Os autores enfatizam a conjugação da competitividade e sustentabilidade, afirmando que no contexto da globalização, as cidades estão cada vez mais dependentes da economia global e a gestão urbana atual consiste em “*situar cada cidade em condições de enfrentar a competição global da qual depende o bem-estar de seus cidadãos*” (BORJA & CASTELLS, 1996; p. 31).

“A fonte dos novos processos de transformação urbana e, portanto, os pontos de incidência de políticas urbanas, locais e globais são capazes de inverter o processo de deterioração da qualidade de vida nas cidades” (BORJA & CASTELLS, 1996; p. 107).

Para analisar e compreender as características locais específicas e suas potencialidades, foi utilizado o método de Estudo de Casos Exploratórios, buscando evidenciar exemplos que pudessem ser generalizados para as situações dos balneários na rede de cidades da bacia do rio Uruguai.

A primeira etapa de análise da escala regional e da bacia hidrográfica do rio Uruguai baseou-se no levantamento de dados secundários oriundos de bibliografia específica e dados das agências governamentais, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas - ANA e Ministério das Cidades. Estes dados foram encontrados em pesquisas através sites eletrônicos e manuais impressos e serviram para fins de diagnóstico, avaliação e planejamento.

Visando aprofundar o conhecimento da realidade local e melhor compreender a área de estudos - o Balneário de Ilha Redonda, considerando a inexistência de dados espaciais na escala adequada, foram coletados dados primários com vista à espacialização das informações urbanas referentes ao uso e ocupação do solo, sistema viário, parcelamento do solo, estrutura tipológica das edificações e características morfológicas.

Os principais instrumentos de pesquisa foram o Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA, elaborado em 1999 pela Usina Hidrelétrica de Foz de Chapecó Energia, Plano Diretor Participativo da cidade de Palmitos, elaborado em 2008, dados do IBGE, Secretaria do Turismo, além de levantamento da legislação pertinentes, análise gráfica relativa às variáveis de uso e ocupação do solo e levantamento fotográfico das transformações da paisagem urbana e natural.

O caso específico do Balneário de Ilha Redonda foi escolhido por estar na área de abrangência da Usina Foz do Chapecó Energia e fazer parte da Rota das Termas, conjunto de balneários hidrotermais localizados num raio de 60km na região Oeste de Santa Catarina. Foram avaliadas as variáveis relacionadas a aspectos físico-espaciais (uso e ocupação, sistema viário, localização e caracterização das áreas verdes).

A partir desse levantamento, foi analisada a relação do Balneário de Ilha Redonda com o entorno, avaliando, a partir de variáveis da sustentabilidade urbana, qual a contribuição deste espaço para a qualidade ambiental da cidade, e, abordando também, a participação das políticas públicas diante da sustentabilidade do espaço urbano.

3 PALMITOS NA REDE URBANA DO OESTE DE SANTA CATARINA

Por suas características de formação histórica e geográfica, Santa Catarina ainda apresenta uma elevada parcela da população vivendo no meio rural, com o predomínio de pequenas propriedades rurais. A população da região Oeste de Santa Catarina, apesar da intensa urbanização ocorrida nos últimos anos, ainda é uma das mais acentuadamente rurais do país. A população urbana da região só suplantou a população rural durante a década de 80, enquanto no Estado esse fenômeno ocorreu já na década de 70 e cresceu de forma acentuada no período 1980-1991. Percebe-se assim, que a população urbana da região Oeste continuou concentrada nos municípios que já eram mais populosos no período anterior, acentuando o processo de polarização demográfica.

Atualmente, o município de Chapecó, com 205.795 habitantes (IBGE, 2015), é considerado a capital do Oeste Catarinense, polarizando atividades e serviços de toda a região. Essa condição de pólo começou a se evidenciar, principalmente a partir da década de 60, com a criação da Secretaria Estadual dos Negócios do Oeste no município, única secretaria descentralizada da capital do Estado, do país e se intensificou no início dos anos 70, quando o capital industrial acaba ganhando força através da hegemonia das

agroindústrias. Essa conjuntura histórica permitiu que, a partir da cidade de Chapecó, se desenvolvesse o maior centro urbano desta região que está rompendo os limites atuais do município com um poder estruturador intra-urbano.

Villaça continua ao diferir o espaço regional do intraurbano: *“O espaço intra-urbano, ao contrário, é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. Exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano. Tais áreas, mesmo nas cidades industriais são as que geram e atraem a maior quantidade de deslocamentos (viagens), pois acumulam os deslocamentos de força de trabalhos que ali trabalham- com os de consumidores- os que ali fazem compras e vão ao serviço”* (VILLAÇA, 2001, p. 20)

Os investimentos estatais em infraestrutura e o crescimento industrial foram resultantes da política econômica ainda no período militar, que promoveu uma grande expansão econômica do país nesse período. As ações do Estado foram definitivas para o sucesso agroindustrial não só através de investimentos em infraestrutura, mas também na viabilização das condições físicas para a instalação das indústrias e dos equipamentos e serviços urbanos que a nova burguesia industrial exigia. Grandes projetos, principalmente de geração de energia elétrica, foram implantados, uma vez que foi considerado o instrumento mais eficaz na compatibilização entre segurança do suprimento e sustentabilidade ambiental.

Foi neste contexto, que a Centrais Elétricas do Sul do Brasil SA - Eletrosul, como subsidiária da Eletrobrás, formulou, ainda nos anos 70, um projeto para a exploração do potencial energético da bacia do rio Uruguai em seu trecho nacional. Cerca de 22 aproveitamentos foram definidos como interessantes e passíveis de implantação. A proposta pretendia racionalizar os aproveitamentos, considerando, entre outras variáveis, a minimização das questões socioambientais.

Surge então, a implantação da Usina Foz do Chapecó Energia, importante obra financiada pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, localizada na bacia do rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó (SC) e Alpestre (RS).

Os problemas advindos da implantação dessa obra, tanto os sociais quanto os ambientais, são mais amplos do que se imagina. Um dos grandes impactos sociais provenientes da implantação de grandes projetos é a mudança na demografia das regiões de locação. A partir dessa primeira alteração, surgem as demais, como por exemplo, as alterações na estrutura urbana, muitas vezes inadequada para receber esse novo contingente populacional, e, ainda, as desapropriações, que levam a rupturas do processo de reprodução social dos ribeirinhos.

Toda essa dinâmica econômica foi fundamental para promover um desequilíbrio regional no que se refere às condições dadas por esse sistema produtivo que teve como consequência a migração de pessoas das cidades vizinhas em busca de trabalho.

O sistema viário, de grande importância considerando as principais atividades econômicas da região, tiveram um papel crucial na formação da centralidade do local, permitindo a rápida comunicação com a região. Essa via de acesso tornou-se o meio de transporte, em que passou a circular, além da produção agrícola, variados tipos de mercadorias necessárias também à sociedade local e à regional. Verifica-se que, a ocupação urbana teve uma conformação linear no sentido leste/oeste, considerando-se que os municípios desmembrados de Chapecó se deu junto à rodovia.



Figura 2: Mapa da localização de Palmitos no Estado de Santa Catarina.

Elaboração: Devitte, A.

Os serviços e comércios, necessários ao desenvolvimento da região, concentraram-se nesse ponto que permitiu uma maior aproximação entre as colônias da região. Palmitos, um dos núcleos desmembrados na década de 60, está localizado na rota de deslocamento dessa produção agrícola e de bens de consumo, uma vez que dois importantes eixos de circulação, as BR's 283 e 158, passam por seu perímetro urbano, fazendo conexões com outras importantes vias de ligação da região oeste de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

Este eixo de circulação reforça a ligação entre Chapecó e Palmitos, destacando a concentração de um grande número de estâncias hidrominerais. A potencialidade das águas termais proporcionou um impulso no setor turístico regional, onde inúmeros investimentos surgiram, originando o aparecimento de vários balneários, piscinas térmicas, hotéis e campings.

Rico em potencial turístico, apresentando belezas naturais ímpares, e tradições culturais que também representam um importante atrativo turístico, estes locais se tornam ponto de encontro, com intenso movimento de idas e vindas de pessoas entre os balneários principalmente durante os finais de semana e os meses de férias.

4 ESTUDO DE CASO: O BALNEÁRIO DE ILHA REDONDA

4.1 Contexto urbano

No decorrer do século XX se intensificaram os processos de colonização e ocupação efetiva das cidades na bacia do rio Uruguai, mais precisamente a partir de 1917, oficialmente sob o comando de empresas colonizadoras, que se envolveram em diversos conflitos pela posse da terra com os posseiros (os denominados caboclos), os quais não consideravam a terra como mercadoria, mas dela usufruíam, onde quer que fosse necessário e exclusivamente para o sustento da família. (POLI, 1991; WERLANG, 2002).

O povoamento da área para exploração agrícola pautou-se no lote colonial, uma característica até os dias atuais. O conjunto de lotes vinculados entre si por uma mesma estrada de acesso configurava a "linha". O pequeno tamanho dos lotes (a maioria possuía uma área de 21,1 a 29 hectares) e sua proximidade facilitavam a formação de aglomerações, de onde surgiam a escola, a igreja e a venda. Esta aglomeração, constituía o núcleo rural, local de encontro que dinamizava a vida da população.

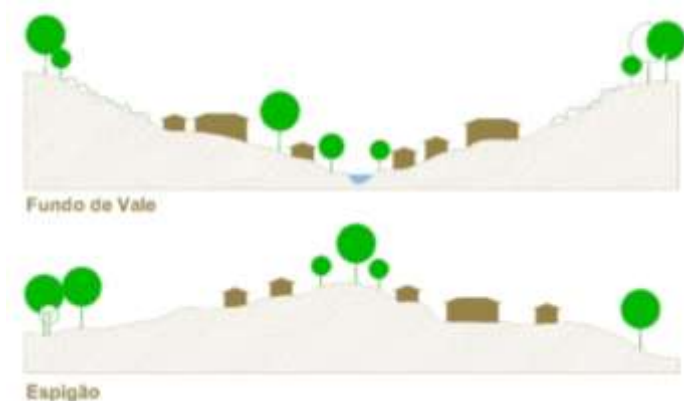


Figura 3: Perfil esquemático da estrutura de parcelamento com relação ao sítio natural no período da colonização.
 Fonte: Fabiola Bernardes de Souza, 2010. Adaptação: Devitte, A.

Neste contexto, teve início o processo de integração e formação econômica, bem como da alteração do meio ambiente e do desmatamento do maior símbolo arbóreo do Cone-sul-americano, justificando-se na débil afirmativa de conquista e de posse do território com a formação da Mesorregião Oeste Catarinense, pautado por formas capitalistas de produção. Sob os auspícios da integração socioeconômica, a economia estadual e nacional, visando primordialmente à garantia da posse territorial, as companhias colonizadoras desempenharam papel importante na fixação populacional. Dentre estas se destaca a Companhia Territorial Sul Brasil – colonizadora responsável por parte da colonização do Oeste de Santa Catarina, em área situada entre os rios Chapecó, Uruguai e Antas (WERLANG, 2002).

A partir de 1940, aumentou significativamente o número de vilas e povoados no Extremo Oeste e as transformações que se processam no Extremo Oeste Catarinense, a partir do período da colonização, estão intimamente ligadas às relações sociais que se desenvolveram nas novas colônias. Fruto dessas relações, é possível observar a construção da paisagem cultural, já que a ocupação ocorreu por ocasião do esgotamento das terras do Rio Grande do Sul. A ocupação se intensificou de tal modo, que após meio século grande parte das terras do Oeste do estado de Santa Catarina já apresentava inúmeros municípios, nos quais predominam pequenas propriedades com produção oriunda de unidades produtivas familiares (WERLANG, 2002).

O Rio Uruguai foi à estrada para a consolidação do território no Extremo Oeste de Santa Catarina. Usando a lógica de sua época, os primeiros colonizadores viveram da extração e do comércio da mata nativa, utilizando o rio como meio de transporte para escoar uma enorme quantidade de madeira, conforme pode-se visualizar na Figura 4.



Figura 4: Transporte de madeiras feitas pelo rio Uruguai.
 Fonte: Arquivo histórico da Prefeitura Municipal de Palmitos.

Assim como nos demais municípios da rede de cidades da bacia do rio Uruguai no oeste catarinense, Palmitos também foi colonizada com a chegada de descendentes de alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul. As semelhanças no processo de formação do parcelamento e uso da terra rural, bem como

formação dos núcleos, seguiu a mesma característica do lote colonial, onde o conjunto de pequenos lotes vinculados entre si por uma mesma estrada de acesso, facilitava a formação de aglomerações.

Desmembrada de Chapecó em 1953, a instalação do novo município ocorreu em março no ano seguinte. Antes disso, em 1907 foram descobertas águas termais na localidade de Ilha Redonda. A geologia da bacia hidrográfica e o Aquífero Guarani proporcionam a esta região, águas que brotam do interior da terra a uma temperatura média de 38°centígrados.

A ocupação do território do Balneário está fortemente relacionada aos fluxos migratórios ocorridos durante o século XIX e associada a um ambiente natural marcado pela descontinuidade do sítio, condicionou a ocupação de terras e a estrutura territorial dispersa que é, até hoje, característica do local.



Figura 5: Perfil esquemático da ocupação na década de 30.

Elaboração: Devitte, A.

A estrutura da localidade, muito simples, decorria de uma ocupação e crescimento a partir do caminho geral do Balneário que passava pela vila e ia até outra localidade rural. Tinha como característica a espontaneidade do traçado orgânico e o rio era o elemento articulador da malha viária que a ele chegava. Estes caminhos foram responsáveis pela organização do parcelamento agrícola e garantiam, do mesmo modo, acessibilidade aos lotes. Seu traçado evidencia uma lógica que procurava fugir das áreas com topografia mais agressiva, conforme pode se observar na Figura 5.

Estas características imprimem certa especificidade à estrutura do Balneário de Ilha Redonda. Ao contrário das demais comunidades, onde se identifica a presença de amplo espaço público em frente à capela, organizando a ocupação e as construções, no Balneário de Ilha Redonda temos uma ocupação mais diluída ao longo dos caminhos. Representa um outro aspecto da ocupação da localidade a presença do núcleo junto às fontes minerais com uma configuração onde a construção de moradias, sem ordenamento prévio, cria uma malha bastante irregular.

O balneário original, cercada pelo morro e pelo rio, e com uma ocupação bastante rarefeita, com uma ou duas casas por lote, permitia uma visualização e participação da paisagem do entorno imediato. Podemos colocar que a localidade de Ilha Redonda ainda mantém essa característica de pequeno núcleo porque o seu sítio teve um crescimento longitudinal por sobre os caminhos que percorriam as planícies facilitadoras da ocupação.

Percebe-se na estruturação territorial do Balneário de Ilha Redonda as grandes áreas transformadas para uso agrícola e seu posterior parcelamento, transformadas em loteamentos e iniciando os serviços de atendimento à nova economia do turismo. A forma como estas transformações vêm ocorrendo não caracteriza nenhum compromisso sócio ambiental, uma vez que toda obra é uma forma de intervenção sobre o meio ambiente, quer pela substituição ou pelo remanejamento de espaços e formas construídas ou não. Este processo, semelhante para todos os municípios da rede de cidade da bacia do rio Uruguai no oeste catarinense, entra em discussão em busca de uma garantia de que estas intervenções possam garantir o mínimo das mesmas condições ambientais e de sustentabilidade das gerações futuras.

O crescimento populacional durante a colonização foi apenas vegetativo de forma que a estrutura urbana existente foi suficiente para a população, sofrendo até a década de 90 poucas alterações. Com a demanda de espaços para atividade turística, inicia-se a implantação da infraestrutura hoteleira. O incremento populacional com novo perfil demandou novas solicitações que acentuaram o crescimento local com a construção de casas de veraneio, também chamadas de segundas residências.

A ocupação do balneário de Ilha Redonda ocorreu sem a observância de normas legais e completamente desprovida de qualquer embasamento urbanístico mais qualificado, gerando um crescimento espontâneo regido apenas pelo aspecto mercadológico. Sem uma legislação que normatizasse a ocupação do solo, o

início da ocupação do Balneário de Ilha Redonda se deu obedecendo ao privilegiamento da paisagem natural, ou seja, a proximidade com o rio. Na figura 6, podemos identificar as transformações com a mudança no uso do solo, tanto dos morros onde as pastagens foram sendo substituídas com áreas de reflorestamento, a expansão do núcleo urbano próximo ao rio e a instalação dos equipamentos da usina Foz do Chapecó Energia.



Figura 6: Perfil esquemático da ocupação atual.
Elaboração: Devitte, A.

Como as áreas mais procuradas e valorizadas eram aquelas próximas da água, a ocupação ocorreu de forma linear, em uma faixa ao longo da margem do rio Uruguai, caracterizando-se como uma apropriação privada de um espaço que deveria ser de preservação. O acesso à água, por exemplo, é em sua maioria prioritário para aqueles que têm suas residências nessas condições privilegiadas. Houve um incentivo à ocupação irregular dessas áreas e omissão, no sentido literal, dos órgãos estaduais e federais quanto ao planejamento e a fiscalização e ao cumprimento das legislações sobre o uso do espaço, principalmente com relação à questão ambiental.

Os primeiros loteamentos implantados, baseados em uma conformação em forma de grelha e em muitos casos desarticuladas do núcleo urbano original, ocuparam especialmente as planícies próximas ao rio, se sobrepondo muitas vezes às áreas de mata ciliar e antigas áreas agrícolas.

A malha viária se caracteriza por ruas estreitas. Muitas têm seu ponto de origem junto ao rio e outras surgem em função do arruamento preexistente, e se desenvolvem através de um traçado bastante irregular, sem hierarquia interna sendo assinaladas pela descontinuidade. O principal eixo de ligação do balneário com a rede de cidades é a SC 469, pavimentada em 2008 com o objetivo de atrair maior número de turistas ao local.

Os espaços públicos e o seu significado social têm sido substancialmente modificados frente às novas necessidades. O desenvolvimento turístico do balneário tem potencializado transformações expressivas na forma e no uso dos espaços públicos, a começar pela utilização coletiva do rio Uruguai. Também as transformações ocorridas na ocupação do território, modificando as estruturas preexistentes e expandindo o antigo núcleo, tem contribuído para essas alterações, especialmente as relacionadas às novas configurações dos espaços públicos.

4.2 Contexto ambiental

A transformação da paisagem do Balneário de Ilha Redonda, quando aos poucos abandona a atividade agrícola e passa a assumir gradativamente características urbanas, tem início ainda na década de 80. Estas transformações passaram a ser mais significativas a partir da implantação da usina Foz do Chapecó Energia, durante o período de 2007 a 2010.

Santos (1997) cita que “qualquer transformação espacial denotará sempre uma noção de movimento, de ação, ou seja, de um processo. Nada é agora igual ao que fora momentos antes. Partindo-se desse pressuposto e de que o espaço é formado pelas complexas relações e inter-relações entre objetos e ações, torna-se fundamental compreender por que e como ocorrem esses movimentos para, a partir daí, entender as transformações.”

Santos ainda adverte sobre a importância de diferenciar os termos paisagem e espaço. O primeiro se caracteriza muito mais com o conjunto de elementos de uma determinada parte do espaço, num determinado instante (tempo determinado); o segundo contém o movimento, a ação: “o espaço é a paisagem mais a vida nela existe”.

A paisagem é uma categoria do conhecimento geográfico e é por meio dela que se pode perceber de maneira mais visível as transformações físicas do espaço ou de parte dele:

“Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança é a paisagem. Esta pode ser definida como domínio do visível, aquilo que a vista não abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.” (SANTOS, 1997: 61)

Para realizar estas transformações ou adaptações o homem utiliza-se de diversos instrumentos que podem não ser físicos e materiais, mas que se elaboram como elementos necessários à produção tais como leis e normas, as quais apesar de não possuírem características materiais, impõe certas condições ao meio, provocando consequências, sejam de ordem física ou social. No espaço físico as adaptações podem ser as edificações, o sistema viário, uma linha de transmissão de energia, entre outras e dentre estes espaços o mais complexo é a cidade.

Apesar da legislação ambiental vigente, nenhum registro de fiscalização foi encontrado antigamente. Instrumentos de ordenação do território se fizeram necessários à medida que o tempo passava, mas em função da rápida ocupação do território. Esta ocupação gerou necessidades de infraestrutura e equipamentos, que estão sendo implantados de forma emergencial.

A inexistência de saneamento e a pouca importância com que esse tema vem sendo tratado compromete a qualidade da água. A gestão pública, retraída, inviabiliza o planejamento e a preservação dos recursos naturais existentes, as vezes não obedecendo a uma ordem de prioridades necessárias do espaço, mas, sim a interesses particulares.

O turismo que se desenvolveu em todas as localidades do Balneário a partir da década de 1980, teve um aumento no início da década de 1990 e chegou ao auge durante o período de implantação da usina Foz do Chapecó Energia (Figura 7). Com o anúncio desta grande obra e a sinalização de grandes investimentos na infraestrutura do balneário, causaram grandes transformações locais.



Figura 7: Localização da UH Foz do Chapecó Energia.

Fonte: Consórcio Foz do Chapecó Energia.

Tendo o Rio Uruguai como alternativa para geração de energia elétrica, a usina Foz do Chapecó Energia, financiada pelo governo federal instalou seu canteiro de obras e o reservatório em áreas de seis municípios de Santa Catarina (Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Guatambu, Chapecó, Paial e Itá) e seis do Rio Grande do Sul (Alpestre, Rio dos Índios, Nonoai, Faxinalzinho, Erval Grande e Itatiba do Sul).

Palmitos, considerado na área de influência indireta, ficou exposto às transformações de implantação principalmente na configuração rural e urbana, ocasionada principalmente pela migração populacional em função da construção da usina.

Durante o processo de construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó Energia, vislumbrou-se a possibilidade de dar nova função ao espaço, definir novo território, então o lazer e o turismo delinearam nova territorialidade. Essa nova funcionalidade, a prática do lazer e turismo e não mais para a produção, se apóia nas residências secundárias, ou segundas residências. É um processo chamado de “turistificação”, como explica Dias (2006, p.15):

“Lugares escolhidos para a prática turística são modificados, em um processo denominado de

‘turistificação’[...] Um dos fenômenos da turistificação é uma mudança na estrutura urbana com a introdução de Pousadas e de residências secundárias. ”

É válido afirmar que, a partir das mudanças com a implantação da Usina Foz do Chapecó Energia, intensificou-se uma nova territorialidade constituída a partir das novas práticas sociais, como a pesca, esportes náuticos, mergulho, enfim, o uso das bordas do reservatório se destina agora às atividades turísticas e de lazer, que proporcionam nova funcionalidade ao espaço outrora ocupado por famílias ribeirinhas que produziam para a sua subsistência e de sua família.

A entrada do turismo trouxe modificações, tanto na população local como no ambiente natural, sendo a principal transformação o fato de a terra deixar de ter valor de uso para ter valor imobiliário ou de troca. Em termos espaciais, na configuração geral do Balneário de Ilha Redonda, verificam-se permanências que identificam o lugar e estão presentes no parcelamento original da terra, nas estradas coloniais na base do morro, nos caminhos sobre a planície e na conformação morfológica do balneário. Estas permanências continuam em maior ou menor medida, presentes na localidade, apesar das enormes transformações colocadas pelo presente.

Com a transformação da paisagem na região, houve benefícios para o segmento turístico. No início os moradores nativos aceitaram as transformações porque as suas terras supervalorizaram de uma hora para a outra. Isto promoveu alguns deslocamentos internos de proprietários e, sobretudo os donos de áreas próximas ao rio que venderam suas terras.

As extensões de espaços livres com explorações mais significativas correspondem ao uso agrícola e à pecuária, localizados nos topos de morros do balneário. Na planície estão presentes cultivos de subsistência e as áreas adensadas.

Uma imensa área com potencial paisagístico e ambiental permanece negligenciada e subutilizada no contexto do balneário. Em geral, as edificações residenciais localizadas às margens do rio Uruguai privilegiam o contato visual e físico com a água.

Entre os elementos cênicos do balneário podemos destacar o rio Uruguai. Sua forma alongada e sua grande largura não permitem abarcá-lo em uma só visada e é um dos atributos que se destacam na paisagem. As massas vegetais no entorno das fontes hidrominerais também são significativas e acrescentam sua importância ecológica a um valor estético como componente fundamental na diversidade visual do balneário.

4.3 O contexto legal – aspectos do plano diretor e EIA-RIMA elaborados

Em 2007, após um longo processo de negociação e articulação de diversos atores sociais, foi assinado um protocolo de cooperação, firmado entre o Consórcio da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó Energia e os municípios localizados na área de abrangência da usina para a elaboração dos Planos Diretores municipais. Como agentes nesse processo figuraram o poder público municipal e a Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó, como contratada para a elaboração deste serviço.

O Plano Diretor seguiu o modelo participativo e teve como objetivo apresentar aos municípios atingidos pela implantação da usina, as diretrizes para a implementação dos Instrumentos do Estatuto da Cidade e suas disposições aplicam-se a toda extensão territorial do Município, considerando as especificidades das áreas urbanas e rurais.

Este Plano propõe um código de normas de uso e ocupação do solo incluindo o Balneário de Ilha Redonda. Tem em seus objetivos, promover a diversificação de usos e atividades e incentivar a instalação de comércios e serviços, favorecendo a autonomia e o desenvolvimento socioeconômico. Em seu conteúdo, cria a Macrozona Urbana da Ilha Redonda - MZILHA, que tem por objetivo orientar as políticas públicas no sentido de descentralizar os benefícios da zona urbana mais consolidada de maneira a favorecer a autonomia e o desenvolvimento socioeconômico territorial equilibrado, além de minimizar os impactos negativos sobre as Unidades de Conservação e desenvolver o turismo como atividade econômica para o município, de forma a não causar impacto sobre o meio ambiente. Embora a preocupação seja o impacto ambiental, este plano trata da ocupação e permite os mesmos usos do perímetro urbano da cidade de Palmitos, permitindo adensamento e ocupação com taxa de 70% em toda região central e entorno do balneário.

Além da MZILHA, outras zonas foram propostas para o espaço do balneário, como a Zona de Recuperação e Proteção Ambiental – ZRPA, composta por glebas de vegetação preservadas ou com algum grau de degradação, que apresentem potencial de qualificação do espaço urbano ou rural, a Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária – ZODUP, que busca disciplinar a utilização do espaço público, incentivar a ocupação dos imóveis que não cumprem a função social da propriedade, priorizar a ocupação dos vazios urbanos, permitindo o máximo de 4 pavimentos em lote mínimo de 360m² (Figura 8). A Zona de Expansão Urbana Futura – ZEUF, busca garantir solo urbano adequado às atividades urbanas quando da otimização das possibilidades dentro dos seus limites e garantir a manutenção dos remanescentes vegetais para a utilização coletiva e qualificação ambiental dos futuros assentamentos.



Figura 8: Perfil esquemático de uma simulação de nova alteração das propostas do plano diretor.
Elaboração: Devitte, A.

As áreas com potencialidades para o Setor de Desenvolvimento do Turismo (SDT) se apresentam nas paisagens naturais privilegiadas, nos recursos hídricos e termais, no resgate histórico, arquitetônico e cultural e tem como objetivo orientar as políticas públicas no sentido de desenvolver o turismo consciente, incentivar a criação de mirantes de contemplação da paisagem e qualificar e criar espaços de utilização dos recursos hídricos e termais.

Toda a ocupação do Balneário se deu de forma desordenada, sem planejamento, afetando diretamente os recursos naturais, que eram teoricamente e biologicamente fortes limites a essa ocupação. A inexistência até o ano de 2008 de um Plano Diretor para o Balneário e as leis federais de preservação ambiental que não aplicadas, ocasionou uma concordância de ações por parte do poder público.

O EIA-RIMA elaborado pelo Consórcio Foz do Chapecó não prevê impactos nas comunidades localizadas a jusante. Foram identificados um total de 27 impactos ambientais decorrentes das alterações provocadas pela implantação da usina, destes, 15 estão associados ao meio socioeconômico e 12, ao meio físico-biótico, mas todos a montante do barramento.

Muitas intervenções recentes no espaço urbano brasileiro decorreram de interesses políticos e econômicos, produzindo-se diversas situações de segregação sócio espacial e de áreas remanescentes carentes de um planejamento voltado à questões sociais e ambientais relacionadas com o espaço urbano em que se insere.

De uma maneira geral, a afirmação a partir da garantia pelos estudos que o nível e a qualidade das águas do rio Uruguai não irá sofrer alteração fizeram com que o gestor público municipal de Palmitos buscasse visualizar as potencialidades dos possíveis programas e recursos que na época, foram disponibilizados com a implantação da usina, ainda não distinguindo, entretanto, o papel que deverão cumprir, os empreendedores, os agentes públicos, os agentes privados e as parcerias entre esses agentes.

De eficácia questionável, este instrumento desqualifica os impactos do empreendimento acabando por afirmar que o empreendimento é ambientalmente viável. Desconsiderando a magnitude dos impactos negativos apontados em diversas partes do EIA-RIMA, baseia-se no progresso que parte da população deposita neste empreendimento. Fala-se muito do ISS, *Royalts* e ICMS que serão arrecadados, mas não especifica os valores, nem apresenta um estudo da relação custo-benefício da obra para o município. Destaca ainda a melhoria da economia da região durante a obra, a geração de empregos, mas não apresenta uma justificativa para a necessidade de construção da hidroelétrica naquele trecho específico do rio Uruguai, que por sua condição especial ambiental e ecológica, encontra-se protegido por várias legislações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apoiado no estudo de caso apresentado, a grande questão que se coloca para discussão refere-se à gestão pública que consiga lidar com as perguntas desta pesquisa. A primeira indagação está relacionada no modo como a análise das transformações ambientais elaboradas no EIA-RIMA para a implantação da Usina Foz do Chapecó Energia pode contribuir para o planejamento e gestão do município de Palmitos e do Balneário de Ilha Redonda.

Convém destacar que, como qualquer obra de grande vulto, as consequências durante e após a realização não condizem na prática com as propostas existentes nos estudos preliminares de impactos ambientais. Não há dúvida em proporcionar um maior desenvolvimento econômico para o país, aproveitando-se dos recursos naturais existentes para geração de energia hídrica. Entretanto, há um paradoxo quando se trata do desenvolvimento local e regional, em que grande parte da população até então existente com os seus mais variados patrimônios culturais e históricos de fundação, sofrem com os impactos não somente ecológicos, mas num contexto universal, que incluem também o fator socioeconômico, degradando-se a originalidade do local, transformando-se a paisagem como um todo e desterritorializando as comunidades.

O que posteriormente influenciou de forma positiva no balneário foi a intensificação do turismo, influenciado pelas praias que surgiram depois do enchimento do reservatório da usina e pela própria obra de grande atrativo, mas cuja atividade em si não propicia significativamente a motivação do consumidor. O Balneário de Ilha Redonda – apesar de caracterizar-se como estância turística, não está preparado para tal finalidade.

O processo de ocupação atual coloca em pauta uma das questões mais delicadas e importantes no presente espaço urbano-turístico do balneário de Ilha Redonda: a delimitação entre área urbanizada e ambiente natural. A generalização destes processos de crescimento, com retirada da capa vegetal, a impermeabilização dos terrenos por construções, aceleram os riscos de deslizamentos e sugere a preservação das margens, estabelecendo certa precisão nos limites entre ocupação urbana e espaços naturais.

A tendência de ocupação descrita nos mostra que a repetição dos modelos de parcelamento e urbanização até hoje implementados, tanto em áreas já parceladas quanto em áreas livres, levarão a um cenário ainda mais impactante do ponto de vista urbano-ambiental, evidenciando a necessidade de estratégias de gestão urbana que proponham a criação de outras bases para a ordenação do território, distintas das que habitualmente se desenvolvem a partir da premissa da ocupação extensiva, envolvendo a questão da proteção e a conservação indispensável dos espaços livres e a elaboração de diretrizes para a ocupação urbana.

Cabe ressaltar a importância do tempo de planejamento e implementação que garanta a sustentabilidade local, o que inclui a fiscalização dos investimentos sobre o território e o acompanhamento da evolução da paisagem.

O plano diretor elaborado para o balneário não foi capaz de impedir na prática, uma urbanização predatória que já vinha ocorrendo nas demais cidades e no próprio balneário, cujo custo ambiental poderá trazer consequências na sustentabilidade ambiental local. A análise do Plano Diretor elaborado para Palmitos e o Balneário e da legislação ambiental incidente na localidade de estudos demonstrou que a existência de legislação em diversos âmbitos, no entanto, não tem impedido a ocupação destas áreas. No contexto político-administrativo a elaboração deste plano incumbiu ao município de Palmitos a responsabilidade de gestão deste espaço.

Constatou-se, em termos de planejamento e projeto urbano, a necessidade de estratégias que integrem questões urbanas e ambientais como forma de abrandar os processos em áreas já parceladas e orientar os processos para áreas ainda não ocupadas. Partindo da premissa de que é possível e necessário conciliar cidade e natureza, estabelecendo diretrizes de forma integrada e buscando atender tanto critérios de preservação ambiental, quanto de qualificação urbana.

Nesse sentido, a ordenação dos espaços livres e a possibilidade de sua consolidação física implica buscar oportunidades para utilizar os instrumentos de planejamento existentes, de modo alternativo e consciente, abrindo possibilidades futuras de criação de novos instrumentos de planejamento e gestão.

Neste sentido, além de possuir um significativo papel na organização espacial do território, principalmente como qualificador do espaço urbano, o espaço livre pode ser um elemento para garantir a preservação ambiental.

Desse modo coloca-se a importância de discutir as responsabilidades das esferas públicas na configuração do espaço urbano. As iniciativas podem ser complementares através de políticas públicas que favoreçam, não somente a sustentabilidade ambiental, mas que possam contribuir, também, na qualidade do espaço construído. A importância do planejamento deve ser destacada na formação do espaço físico, continuamente alterado, de modo a oferecer proteção, conforto e desenvolvimento para as mais variadas atividades humanas.

Portanto, a metodologia desenvolvida para a leitura urbano-ambiental do Balneário de Ilha Redonda, sugere a continuidade do estudo em outras áreas, em especial nos demais balneários da rede de cidades do oeste catarinense, em que situações como estas, onde a estrutura natural e as diversas adaptações antrópicas se interpõem e são recorrentes. Além disso, sugerem a adoção de um plano de gestão, interagindo com as políticas governamentais e a legislação correlata, relevando a sustentabilidade ambiental nos seus mais variados aspectos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORJA, J. & CASTELLS, M. **Local & Global. Management of Cities In The Information Age**. Londres: Earthscan, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2006.

FERREIRA, Sandra Cristina. **Políticas públicas, urbanização e interações sócio-espaciais no Brasil**, 2008.

POLI, J. **Caboclo: pioneirismo e marginalização**. Cadernos do CEOM, Chapecó: Fundeste, ano 5, nº7, p. 47-88, 1991.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

TARDIN, R. **Espaços livres: sistema e projeto territorial**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. Studio Nobel, São Paulo; 1ª edição, 2001.

WERLANG, A. **A colonização do Oeste Catarinense**. 1ª Ed. Chapecó/SC: Argos, 2002.

Sites pesquisados:

www.aneel.gov.br.

www.ibge.com.br.